



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1010858-34.2017.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos**
Requerente: **Diego Aparecido Bernarde**
Requerido: **Banco Santander (Brasil) S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor se volta contra sua inscrição perante órgãos de proteção ao crédito realizada pela ré, alegando que não haveria justificativa para tanto.

Ressalvando que a negativação foi por isso indevida, almeja à sua exclusão e ao recebimento de indenização para ressarcimento dos danos morais que experimentou.

Inexiste nos autos comprovação segura de que a inserção questionada pelo autor efetivamente aconteceu.

O documento de fl. 09 consiste em comunicado que lhe foi dirigido pela SERASA, mas os dados lá elencados não constam dos documentos de fls. 36 e 78/79.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

A negativação que se vê a fl. 36 foi implementada por iniciativa de Ideal Modas, não guardando nenhuma relação de pertinência com a matéria posta a debate, enquanto o ofício de fl. 78 faz referência a pendência com o Banco Santander sem que haja coincidência entre os seus dados constitutivos e os consignados no comunicado de fl. 09.

De qualquer sorte, e ainda que se reputasse que essa teria sido a negativação contra a qual se volta o autor (o que ele deixou claro não ser o caso), não se vislumbraria o direito à percepção de reparação por danos morais, seja porque ela foi excluída há quase três anos, seja diante da existência de outras negativações em momento algum impugnadas.

Tal circunstância torna de rigor a aplicação ao caso da Súmula nº 385 do Colendo Superior Tribunal de Justiça, que dispõe:

"Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento".

Assim, sob qualquer ângulo de análise a conclusão será a de que não há negativação a ser agora excluída e de que o autor não faz jus ao ressarcimento pleiteado.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Torno sem efeito a decisão de fls. 29/20, item

1.

Publique-se e intímese.

São Carlos, 21 de fevereiro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**